

Desencontro frustra reunião de liberais

Em clima de total desencontro, o que chegou a incomodar o novato deputado Eraldo Trindade (AP), preocupado com a possibilidade de a imprensa «vir a nos ridicularizar», o PFL apoiou ontem uma sugestão em favor da convocação do ministro Dilson Funaro «para dar explicações» sobre a política econômica do governo. Mas a proposta foi suspensa. Pouco depois, o partido aprovou outra em favor da declaração de «um voto de desconfiança» contra o ministro Dilson Funaro. Mas os liberais concluíram em seguida que isto era «muito precipitado», deixaram de lado o «voto de desconfiança» e afinal concluíram que é melhor convocar a bancada para a semana que vem, para discutir economia, mas sem o ministro Funaro, que «está como um cego em tiroteio», segundo

declaração do presidente interino do PFL, deputado Mauricio Campos (MG).

Tudo isto ocorreu numa reunião que não tinha nada a ver com economia: por convocação do líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), o PFL deveria discutir a proposta de Regimento Interno da Constituinte, que o partido pretende apresentar como substitutivo ao projeto do PMDB. Alguns chegaram a levar a sério a discussão, como o ex-senador pedessista e hoje deputado liberal Aloisio Chaves (PA), concentrado em dar explicações de natureza jurídica sobre a proposta. A maioria dos deputados, no entanto, se viu em dificuldade, pois toda a bancada estava tomando conhecimento do texto do «rascunho» (de 30 laudas) naquele momento, e além do mais o prazo final para a

apresentação do substitutivo encerra-se hoje.

O próprio José Lourenço encarregou-se de direcionar a discussão para o campo político-econômico, elogiando logo de início o ministro Aureliano Chaves por suas recentes críticas ao governo. Depois de considerar o ministro das Minas e Energia um homem «claro, transparente», o próprio Lourenço propôs a convocação de Funaro, e viu sua proposta ser aplaudida por aclamação. O novato Mendes Thame (SP), no entanto, concluiu que Funaro não diria nada de novo e defendeu a declaração «de desconfiança», cuja aprovação José Lourenço preocupou-se em apressar. O deputado Oscar Correa (MG), após a aprovação da proposta, indagou no entanto qual seria sua «finalidade prática».